

BARROS, Marco Antonio de. **Lavagem de capitais e obrigações civis correlatas**: com comentários, artigo por artigo, à Lei 9.613/1998. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 478 p.

BARROS, Marco Antonio de. **Lavagem de capitais e obrigações civis correlatas**: com comentários, artigo por artigo, à Lei 9.613/1998. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 478 p. --- *Localização: 343.53(81)(094.46) / B278L / 4.ed*

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 4.<sup>a</sup> EDIÇÃO..... 9

ABREVIATURAS..... 23

### PRIMEIRA PARTE

DIREITO PENAL. DIREITO PENAL ECONÔMICO.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E RECIPROCIDADE INTERNACIONAL

1. NOÇÕES JURÍDICAS BÁSICAS DOS CRIMES DE LAVAGEM.....	31
1.1 Características marcantes da lei de lavagem .....	31
1.2 Raízes históricas da lavagem .....	33
1.3 A lavagem no contexto da criminalidade globalizada .....	35
1.4 Direito penal econômico e lavagem.....	40
1.5 Bens juridicamente tutelados.....	42
1.6 Conceito de lavagem .....	46
1.7 Fases da lavagem .....	48
1.8 Consumação do crime .....	51
1.9 Infração penal antecedente: pressuposto da lavagem .....	53
1.10 Princípio da insignificância.....	55
1.11 Sujeitos do delito .....	57
1.11.1 “Laranjas” e testa de ferro .....	58
1.11.2 Outros agentes intermediários.....	59
1.11.3 Concurso de pessoas e a teoria do domínio do fato .....	59
1.11.4 Autolavagem de capitais.....	61
1.12 Concurso de crimes .....	61
1.13 Elemento subjetivo: dolo direto.....	62
1.14 Objeto material da conduta .....	65
1.15 Crimes de ação múltipla .....	65
1.16 Crimes formais .....	66

1.17 Crimes de mera conduta.....	67
1.18 Crimes permanentes.....	68
1.19 Prescrição.....	69
2. TIPOS PENAIIS ALTERNATIVOS.....	73
2.1 Tipo penal: introito.....	75
2.2 Tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins.....	77
2.2.1 A lavagem de capitais como consequência do tráfico de drogas ....	79
2.3 Terrorismo e seu financiamento.....	83
2.3.1 Que é terrorismo?.....	83
2.3.2 O problema da indefinição jurídica.....	84
2.3.3 Terrorismo e lavagem de capitais.....	87
2.3.4 Financiamento ao terrorismo.....	90
2.3.5 Movimentações financeiras ligadas ao terrorismo e ao seu financiamento.....	91
2.4 Contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção.....	92
2.4.1 Contrabando ou tráfico.....	93
2.4.2 Armas e munições.....	94
2.4.3 Contrabando, tráfico e lavagem.....	94
2.5 Extorsão mediante sequestro.....	95
2.6 Crimes contra a Administração Pública.....	96
2.6.1 Crimes praticados por funcionário público.....	98
2.6.1.1 Peculato doloso.....	100
2.6.1.2 Peculato mediante erro de outrem.....	101
2.6.1.3 Peculato Eletrônico (Inserção de dados falsos em sistema de informações).....	101
2.6.1.4 Concussão e excesso de exação.....	101
2.6.1.5 Corrupção passiva.....	102
2.6.1.6 Facilitação de contrabando ou descaminho.....	103
2.6.1.7 Sigilo funcional e sua violação.....	103
2.6.1.8 Crime funcional contra a ordem tributária.....	103
2.6.2 Crimes praticados por particular contra a Administração Pública.....	104
2.6.2.1 Usurpação de função pública.....	104
2.6.2.2 Tráfico de influência.....	105
2.6.2.3 Corrupção ativa.....	105

2.6.2.4	Contrabando ou descaminho .....	106
2.6.2.5	Sonegação de contribuição previdenciária .....	108
2.6.3	Crimes contra a Administração da Justiça .....	108
2.6.3.1	Falso testemunho ou falsa perícia .....	109
2.6.3.2	Exploração de prestígio .....	110
2.6.4	Crimes contra as finanças públicas.....	110
2.6.4.1	Operação de crédito.....	111
2.6.4.2	Ordenação de despesa não autorizada.....	112
2.6.4.3	Oferta pública ou colocação de títulos no mercado ....	112
2.6.5	Crimes contra a Administração Pública previstos na Lei de Licitações .....	112
2.6.5.1	Licitação: dispensa ou não exigência .....	113
2.6.5.2	Frustrar ou fraudar o procedimento licitatório .....	114
2.6.5.3	Modificação ou vantagem durante a execução do contrato .....	114
2.6.5.4	Fraude em prejuízo da Fazenda Pública .....	114
2.6.6	Crimes previstos na lei de parcelamento de solo urbano .....	115
2.6.7	Crimes e improbidade administrativa (prefeitos e outras autoridades) .....	116
2.6.8	Crimes contra a administração ambiental .....	117
2.7	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional.....	118
2.7.1	Sistema financeiro nacional .....	119
2.7.2	Impressão e reprodução indevida de documento financeiro .....	121
2.7.3	Gestão fraudulenta ou temerária de instituição financeira.....	122
2.7.4	Apropriação indébita ou desvio de ativos financeiros, e induzimento a erro.....	123
2.7.5	Emissão ou negociação fraudulenta de títulos ou valores mobiliários .....	123
2.7.6	Exigência de remuneração ilegal .....	124
2.7.7	Títulos ou valores mobiliários: fraude à fiscalização ou ao investidor .....	124
2.7.8	Falsificação de demonstrativos contábeis de instituições financeiras.....	124
2.7.9	“Caixa 2” de instituição financeira .....	125
2.7.10	Desvio de bem indisponível.....	125
2.7.11	Instituição financeira irregular .....	125
2.7.12	Distribuição disfarçada de lucros e empréstimos irregulares ....	126

2.7.13	Financiamento mediante fraude .....	127
2.7.14	Câmbio: operação realizada com falsa identidade .....	127
2.7.15	Evasão de divisas .....	127
2.7.16	Manipulação do mercado.....	131
2.7.17	Uso indevido de informação privilegiada ( <i>Insider Trading</i> ) .....	131
2.8	Crime praticado por organização criminosa.....	132
2.8.1	Organização criminosa e a sua conturbada definição jurídica ..	132
2.8.2	Organização criminosa e lavagem.....	137
2.9	Crimes praticados por particular contra a Administração Pública estrangeira .....	144
2.9.1	Corrupção ativa em transação comercial internacional.....	145
2.9.2	Tráfico de influência em transação comercial internacional.....	146
2.9.3	Funcionário público estrangeiro .....	146
2.10	Penas.....	146
2.10.1	Pena privativa de liberdade .....	146
2.10.2	Pena pecuniária .....	148
2.11	Inclusão de ilícitos outrora excluídos do catálogo de delitos antecedentes.....	149
3.	OUTRAS FORMAS DERIVADAS DO CRIME DE LAVAGEM .....	151
3.1	Conversão dos produtos ilícitos em ativos lícitos.....	152
3.2	Receptação do produto dos crimes antecedentes.....	153
3.3	Importação ou exportação de bens com falsos valores .....	155
3.3.1	Faturas falsas de importação e exportação .....	155
3.4	Utilização do produto ilícito na atividade econômico-financeira .....	156
3.5	Participação em coletividade que pratique a lavagem .....	157
4.	DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE PENAS .....	161
4.1	Tentativa.....	161
4.2	Habitualidade e crime continuado.....	163
4.3	Agravamento da pena para a organização criminosa .....	166
4.4	Delação premiada e suas consequências na aplicação da pena .....	167
5.	PROCESSO PENAL: REGRAS ESPECIAIS.....	171
5.1	Ação penal e procedimento.....	173
5.2	Autonomia do processo .....	173
5.3	Juízo competente .....	176

5.3.1	Os crimes de lavagem são da competência da Justiça Federal ou da Justiça Estadual? .....	176
5.3.2	Outros critérios de fixação da competência.....	182
5.3.3	Varas criminais especializadas da Justiça Federal.....	183
5.3.4	Formação de juízo colegiado em primeiro grau de jurisdição... ..	186
5.4	Denúncia: nexo causal entre a lavagem e a infração penal antecedente. .	188
5.4.1	Indícios suficientes da existência de infração penal antecedente .....	190
5.4.2	Prova da existência da infração penal anterior .....	191
5.5	Impossibilidade de se decretar a suspensão do processo de réu citado por edital.....	193
5.6	Fiança e liberdade provisória .....	196
5.6.1	Apelação e o direito de recorrer em liberdade .....	197
5.7	Medidas assecuratórias .....	198
5.7.1	Busca e apreensão .....	201
5.7.2	Busca e apreensão em escritório de advocacia.....	202
5.7.3	Sequestro, arresto e outras medidas.....	204
5.7.3.1	Bacenjud.....	206
5.7.3.2	Quebra de sigilo bancário.....	207
5.7.4	Procedimento aplicável às medidas assecuratórias.....	208
5.7.4.1	Prazos do inquérito e de vigência das medidas assecuratórias .....	209
5.8	Alienação antecipada de bens constritos .....	211
5.9	A questão da distribuição do ônus da prova no pedido de liberação de bens .....	212
5.10	Pedido de liberação de bens mediante o comparecimento do acusado ..	216
5.10.1	Substituição de bens constritos e nomeação de depositário fiel .....	219
5.10.2	Medidas assecuratórias e a infração penal antecedente.....	220
5.11	Procedimento especial de alienação antecipada de bens .....	220
5.12	Suspensão da ordem de prisão e de medidas assecuratórias.....	226
5.13	Provas e prisão provisória .....	228
5.13.1	Acesso do defensor ao inquérito policial.....	229
5.13.2	Interceptação telefônica .....	230
5.13.3	Monitoramento de dados.....	233
5.13.4	Infiltração de agente policial para fins de obtenção de provas ..	234
5.13.5	Prisão provisória do lavador .....	236

5.14	Ministério Público e a investigação criminal .....	239
5.15	Nomeação de administrador .....	242
5.16	Direitos e deveres do administrador .....	244
6.	EFEITOS DA CONDENAÇÃO .....	247
6.1	Efeitos genéricos e efeitos específicos da condenação .....	247
6.2	Confisco dos bens sequestrados ou apreendidos .....	249
6.3	Interdição do exercício de cargo ou função .....	251
6.4	Utilização de bens constrictos pelo poder público .....	251
7.	RECIPROCIDADE INTERNACIONAL .....	253
7.1	Cooperação jurídica internacional .....	253
7.2	Solicitação estrangeira: condições exigidas .....	255
7.3	Destinação do produto sequestrado com a cooperação internacional ...	258
7.4	Procedimento do pedido estrangeiro .....	258
7.5	GAFI – Grupo de Ação Financeira .....	260
7.6	Gafisud e outras redes de cooperação .....	262
7.7	“Paraísos fiscais” .....	263
<b>SEGUNDA PARTE</b>		
<b>MECANISMOS LEGAIS DE CONTROLE. OBRIGAÇÕES CIVIS E ADMINISTRATIVAS.</b>		
<b>PARTICIPAÇÃO ATIVA DAS PESSOAS OBRIGADAS</b>		
8.	PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SUJEITAS AO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	271
8.1	Obrigações civis e administrativas correlatas .....	273
8.2	Motivação do vínculo obrigacional .....	274
8.3	Sistema legal antilavagem .....	276
8.3.1	DRCI e Enccla .....	277
8.4	Prerrogativas da Administração Pública .....	281
8.4.1	Autoridades administrativas .....	281
8.4.2	Atuação regrada da autoridade administrativa .....	283
8.5	Resolução jurídica dos conflitos das áreas civil e administrativa .....	283
8.6	Pessoas físicas e jurídicas submetidas ao mecanismo de controle .....	284
8.6.1	Bacen e os sujeitos-obrigados que negociam recursos financeiros .....	284

8.6.1.1	Breves apontamentos sobre o Bacen .....	285
8.6.1.2	Operações bancárias atípicas realizadas em moeda nacional em espécie.....	286
8.6.1.3	Operações bancárias atípicas realizadas em moeda estrangeira em espécie ou em cheques de viagem .....	287
8.6.1.4	Movimentação atípica de contas .....	289
8.6.1.5	Outros procedimentos de lavagem relacionados com a movimentação de contas .....	290
8.6.1.5.1	Cheques administrativos e cheques pessoais .....	291
8.6.1.5.2	Ordem de pagamento.....	291
8.6.1.5.3	Ciberpagamentos, cibermoeda e cibercheques.....	291
8.6.1.5.4	Mutação de recursos ilícitos .....	293
8.6.1.6	Operações atípicas de investimento interno.....	294
8.6.1.7	Operações atípicas com cartões de pagamento .....	294
8.6.1.8	Operações de crédito atípicas realizadas no País.....	295
8.6.1.9	Movimentação atípica de recursos oriundos de contratos com o setor público.....	295
8.6.1.10	Operações atípicas em consórcios .....	296
8.6.1.11	Operações financeiras ligadas ao terrorismo .....	296
8.6.1.12	Atividades internacionais suspeitas.....	297
8.6.1.13	Operações de crédito contratadas no exterior.....	298
8.6.1.14	Operações de investimento externo .....	299
8.6.1.15	Inusitada alteração patrimonial de empregado ou representante de instituição financeira.....	299
8.6.2	Pessoas que operam na área cambial .....	300
8.6.2.1	Doleiros e “câmara de compensação paralela” .....	301
8.6.2.2	Contas CC5 .....	302
8.6.3	CVM: pessoas que atuam no ramo de títulos ou valores mobiliários.....	303
8.6.3.1	Breves apontamentos sobre a CVM .....	304
8.6.3.2	Glossário da CVM .....	305
8.6.3.3	Recomendações da CVM aos sujeitos-obrigados.....	307
8.7	Composição heterogênea e extensiva do rol de sujeitos-obrigados .....	309
8.7.1	Bolsas de valores e assemelhadas.....	309
8.7.1.1	Sujeitos-obrigados subordinados ao controle da CVM....	310

8.7.1.2	Bolsas de mercadorias e corretores .....	310
8.7.1.3	Bolsas e as operações atípicas .....	311
8.7.1.4	Comunicação ao Coaf (CVM) .....	311
8.7.2	Susep: Seguradoras e entidades de previdência complementar .	312
8.7.2.1	Susep e entidades subordinadas .....	312
8.7.2.2	Glossário da Susep.....	313
8.7.2.3	Regras de controle e de avaliação de riscos ditadas pela Susep.....	314
8.7.2.4	Operações atípicas destacadas pela Susep.....	315
8.7.2.5	SPC e as ocorrências especiais.....	317
8.7.3	Administradoras de cartões de crédito e de consórcios.....	318
8.7.3.1	Lavagem com cartões de crédito .....	319
8.7.4	Pessoas jurídicas que transferem fundos por meio eletrônico...	319
8.7.4.1	Transferência a distância .....	320
8.7.4.2	Transferências eletrônicas de fundos.....	320
8.7.5	Empresas que atuam nas áreas de <i>leasing</i> e de <i>factoring</i> .....	321
8.7.5.1	<i>Leasing</i> e a lavagem .....	321
8.7.5.2	Empresas de fomento comercial ou mercantil ( <i>factoring</i> ) .....	322
8.7.6	Sociedades distribuidoras ou que sorteiam bens e valores .....	323
8.7.6.1	Lotéricas e outras entidades que efetuam sorteios .....	323
8.7.6.2	Bingos e a lavagem de dinheiro .....	324
8.7.7	Filiais de entes estrangeiros que operam nos mercados financeiro e econômico do País.....	327
8.7.8	Entidades submetidas a controle de órgão regulador financeiro e securitário .....	327
8.7.9	Representante de ente estrangeiro que exerça atividade financeira ou econômica.....	327
8.7.10	Pessoas que exercem atividades no ramo imobiliário.....	328
8.7.10.1	Sistema antilavagem aplicável ao ramo imobiliário.....	328
8.7.11	Joalherias, antiquários e comerciantes de objetos de arte.....	329
8.7.11.1	Joias, pedras e metais preciosos.....	329
8.7.11.2	Objetos de arte e antiguidades .....	329
8.7.12	Comerciantes de bens de luxo ou de grande volume de recursos .....	331
8.7.12.1	Bens de luxo e outros ativos .....	332
8.7.12.2	Postos de combustíveis.....	332



8.7.13	Juntas comerciais e registros públicos .....	333
8.7.14	Assessor, consultor, contador e auditor .....	333
8.7.14.1	Consultoria e assessoria jurídicas.....	334
8.7.14.1.1	Contadoria .....	336
8.7.14.2	Alienações de imóveis .....	337
8.7.14.3	Gestão de fundos e valores mobiliários .....	337
8.7.14.4	Abertura ou gestão de contas bancárias em geral.....	338
8.7.14.5	Criação, exploração ou gestão de pessoas jurídicas ....	338
8.7.14.5.1	Empresa <i>offshore</i> .....	339
8.7.14.5.2	Empresa de fachada .....	341
8.7.14.5.3	Empresa na prateleira .....	341
8.7.14.5.4	Empresa condutora.....	342
8.7.14.5.5	Empresas de transporte de passageiros e de cargas.....	342
8.7.14.5.6	Empresas que servem de blindagem patrimonial.....	342
8.7.14.6	Operações financeiras, societárias ou imobiliárias .....	343
8.7.14.7	Atividades desportivas ou artísticas profissionais .....	344
8.7.15	Transferências de atletas, artistas, feiras, exposições ou eventos .....	344
8.7.16	Empresas de transporte e guarda de valores.....	346
8.7.16.1	Transferência de numerário suspeita.....	346
8.7.17	Pessoas que intermedeiem o agronegócio .....	347
8.7.18	Filiais localizadas no exterior de matriz nacional .....	349
9.	IDENTIFICAÇÃO DOS CLIENTES, CADASTROS E MANUTENÇÃO DE REGISTROS.....	351
9.1	Identificação do cliente .....	352
9.2	Cadastro atualizado: prazo mínimo de manutenção .....	353
9.3	Limite da transação para efeito de registro e cadastramento .....	355
9.4	Comitê de <i>compliance</i> .....	355
9.5	Cadastramento dos sujeitos-obrigados .....	360
9.6	Requisição do Coaf e preservação do sigilo das informações prestadas ....	361
9.7	Cadastro do Sistema Financeiro Nacional (Bacen).....	362
9.7.1	Bacen e o comitê de <i>compliance</i> .....	363
9.7.2	Bacen e as pessoas politicamente expostas .....	364
9.7.3	Bacen: limites das transações.....	366

9.7.3.1	Registros de serviços financeiros e operações financeiras .....	366
9.7.3.2	Registros de depósitos em cheque .....	366
9.7.3.3	Registros de Cartões Pré-Pagos .....	367
9.7.3.4	Registros de Movimentação de valores em espécie ....	367
9.7.3.5	Operações sob especial atenção do Bacen .....	368
9.7.3.6	Condutas atípicas relacionadas com dados cadastrais de clientes.....	369
9.7.3.7	Manutenção de Informações e registros .....	370
9.7.3.8	Comunicação ao Coaf determinada pelo Bacen .....	370
9.7.4	Cadastro e registro das operações subordinados ao controle da CVM.....	371
9.7.5	Detalhamento do cadastro e dos registros determinados pela Susep.....	371
9.7.6	Normas sobre cartões de credenciamento e cartões de crédito (Coaf) .....	372
9.7.7	Factoring: cadastro e registros.....	372
9.7.8	Lotéricas: cadastro e registros.....	373
9.7.9	Ramo imobiliário: cadastro e registros .....	373
10.	COMUNICAÇÃO COMPULSÓRIA DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS E A PROBLEMÁTICA QUESTÃO DO SIGILO .....	375
10.1	Comunicação de operação com sérios indícios de lavagem .....	376
10.2	Confidencialidade e prazo para efetuar a comunicação.....	378
10.2.1	Comunicações isentas de responsabilidade.....	380
10.2.2	Coaf: destinatário e repassador das comunicações recebidas....	380
10.2.3	Comunicação negativa.....	381
10.3	Comunicação prévia de transferências internacionais e de saques em espécie.....	381
10.4	Intimidade, sigilo de dados e a comunicação compulsória .....	381
10.5	Quebra do sigilo financeiro por ordem judicial .....	384
10.6	Reflexos da LC 105/2001 no abrandamento do sigilo financeiro .....	386
10.6.1	Troca de informações para fins cadastrais (LC 105/2001).....	387
10.6.2	Comunicação das operações financeiras às autoridades competentes (LC 105/2001).....	387
10.6.3	A questão do sigilo nas investigações bancárias e financeiras ...	389
10.6.4	Comunicação ao Ministério Público.....	392
10.6.5	Crime de quebra de sigilo desautorizada (LC 105/2001).....	394
10.6.6	Resguardo do sigilo profissional .....	395

11. RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	399
11.1 Regime sancionador aplicável aos sujeitos-obrigados .....	400
11.1.1 Advertência.....	401
11.1.2 Multa.....	402
11.1.3 Inabilitação temporária.....	405
11.1.4 Cassação ou suspensão da autorização para operação ou funcionamento.....	406
11.2 Procedimentos e critérios para aplicação das sanções .....	406
11.2.1 Critérios estabelecidos pela Susep.....	409
11.2.2 Recurso administrativo.....	410
12. COAF – CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS.....	413
12.1 Unidade de Inteligência Financeira – UIF .....	414
12.2 Necessidade da criação do Coaf.....	415
12.3 Coaf e a articulação das medidas antilavagem.....	416
12.4 Coaf e Enccla .....	418
12.5 Coaf e os sujeitos-obrigados .....	419
12.6 Comunicação do Coaf às autoridades incumbidas da persecução penal .....	420
12.7 Composição do Coaf.....	421
12.8 Organização e funcionamento do Coaf.....	422
13. DISPOSIÇÕES GERAIS DA LEI DE LAVAGEM .....	423
13.1 Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal.....	424
13.2 Acesso da Polícia e do Ministério Público aos dados cadastrais.....	424
13.3 Migração de informações em meio informático .....	425
13.4 Indiciamento de servidor público e suas consequências .....	425
13.5 Prazo de conservação de dados fiscais dos contribuintes (Receita Federal) .....	426
BIBLIOGRAFIA .....	427
ÍNDICE REMISSIVO.....	441
ANEXO.....	467